



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

LUTA PELO PISO

Hora de falar com Colombo

Sindicato dos professores pede audiência e governador deve falar sobre o assunto hoje, em evento

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 13/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/5/11
Assunto: Luta pelo piso – Hora de falar com Colombo		Página: 28

LUTA PELO PISO

Hora de falar com Colombo

Sindicato dos professores pede audiência e governador deve falar sobre o assunto hoje, em evento

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) encaminhou, ontem, um pedido de audiência com o governador Raimundo Colombo. O objetivo é cobrar uma nova proposta em relação ao piso nacional dos professores.

O governador vai falar sobre o assunto hoje, no centro administrativo, às 15h, durante a cerimônia em que vai autorizar a licitação para a construção de 15 novas unidades educacionais, entre escolas e Cedups, e a reforma no IEE. Sobre o pedido de audiência, governador não havia recebido, até a noite de ontem, o ofício com a solicitação e vai esperar o documento para se manifestar.

Em assembleia, na última quarta-feira, os docentes decidiram entrar em greve a partir de 18 de maio. Até lá, cada aula foi reduzida de 45 para 30 minutos, o que levou à liberação

dos alunos mais cedo.

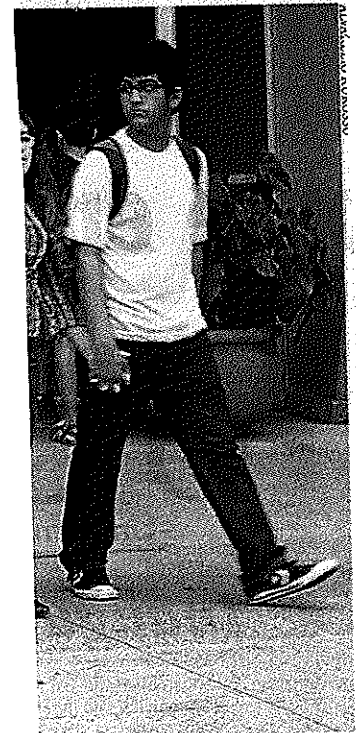
A coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, afirmou que a categoria ficará em greve até que recebam uma nova proposta. Para os professores, o governo não está cumprindo a lei nacional do magistério, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em abril, quando derrubou a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) assinada por SC.

Mesmo com a informação oficial repassada pela assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), de que, por oito votos a um, o piso independe de gratificações, o secretário de Educação, Marco Tebaldi, argumentou, mais uma vez, que é preciso aguardar a publicação do acórdão – texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final – para tomar qualquer atitude.

– É bem provável que o texto diga que o pagamento do piso tenha que ser retroativo, ou seja, não haverá prejuízo para ninguém – justificou.

Além disso, ainda não ficou claro para o governo se ao salário não pode ser somado o Prêmio Educar e a regência de classe, como SC faz hoje, amparado por uma lei estadual.

– Se não puder, o governo não vai mais fazer – garantiu.



Alunos foram liberados mais cedo porque professores reduziram o tempo de aula



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 13/5/11
Assunto: Diversos		Página: 10

Entenda a polêmica

• O que os professores querem?

O pagamento do piso nacional sem incorporação de abonos e que seja de R\$ 1.597 e não de R\$ 1.187. A diferença se refere a um reajuste não concedido em 2009.

• Por que eles não querem gratificações ao salário?

Para eles, o texto da lei do piso nacional do magistério deixa claro que o salário não

pode ser pago com abonos. Eles justificam que quando um professor entra de licença perde as gratificações.

• O que o governo diz?

Argumenta que é preciso a publicação do acórdão (texto com a íntegra da decisão) para esclarecer pontos da lei. Um deles seria sobre se é permitido incorporar Prêmio Educar e regência de classe.

• Quanto o Estado quer pagar aos professores?

Esta semana, o governo anunciou que se compromete a pagar o valor de R\$ 1.187 para todos os professores que ainda não recebiam este valor, a partir da folha de pagamento de maio. Cerca de 8,8 mil docentes vão ter o salário reajustado. Mas o valor do piso continuará sendo pago somando abonos ao salário base.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 13/05/2011
Assunto: Hora de conversar com o governador		Página: 15

Salário dos professores

Hora de conversar com o governador

Categoria anunciou greve para dia 18, mas ainda tenta acordo com Estado

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) encaminhou, ontem, um pedido de audiência para que o governador Raimundo Colombo apresente, com urgência, uma nova proposta em relação ao piso nacional dos professores.

Em assembleia, na quarta-feira passada, os docentes decidiram entrar em greve a partir de 18 de maio, por tempo indeterminado. Até lá, cada aula na rede estadual foi reduzida de 45 para 30 minutos, o que levou à liberação dos alunos mais cedo.

O governador e o secretário de Educação, Marco Tebaldi, mostraram-se dispostos a rece-

ber os professores. Mas como não haviam recebido o ofício até o começo da noite de ontem, não souberam precisar uma data do encontro.

A coordenadora do Sinte, Alvete Bedin, afirmou que eles ficarão em greve até que recebam uma nova proposta. Para os professores, o governo não está cumprindo a lei nacional do magistério, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em abril, quando foi derrubada a ação direta de inconstitucionalidade (Adin), assinada por Santa Catarina e mais quatro Estados.

Mesmo com a informação oficial repassada pela assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), de que, por oito votos a um, o piso independe de gratificações, o secretário argumentou, mais uma vez, que é preciso aguardar a publicação do acórdão – texto que transcreve todos os votos dos

ministros do STF e a decisão final – para tomar qualquer atitude. Ele garantiu que não se trata de uma estratégia para ganhar tempo.

“É bem provável, o texto diga que o pagamento do piso tenha que ser retroativo, ou seja, não haverá prejuízo para ninguém”, justificou Alvete.

Além disso, ainda não ficou claro para o governo se ao salário não podem ser somados o Prêmio Educar e regência de classe, como Santa Catarina faz hoje, amparado por uma lei estadual. “Se não puder, o governo não vai mais fazer”, garantiu a coordenadora do Sinte.

O vice-presidente da OAB, Márcio Vicari, confirmou que o acórdão traz esclarecimentos. No caso do piso nacional do magistério, além de deixar claro se é permitido ou não incorporar abonos ao salário, ele pode apresentar regras sobre a lei, como a questão da retroatividade.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 13/5/11
Assunto: Greve do magistério		Página: 12

Greve do magistério

Os professores da rede estadual de ensino anunciam greve geral a partir do próximo dia 18. A decisão, praticamente unânime, foi tomada durante assembleia geral do magistério público – talvez a mais concorrida até hoje promovida pela categoria – em Florianópolis, quarta-feira. Foi uma resposta à proposta do governo de pagar o piso nacional do magistério (R\$ 1.187), determinado pela Lei Federal 11.738, calculado não sobre o vencimento básico da categoria em SC, mas pela remuneração recebida, ou seja, incluindo os abonos.

No mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade da lei e sinalizou que interpreta piso como vencimento básico, sem considerar abonos e outros valores. O governo estadual aguarda

o acórdão do STF, alegando que, sem este, se desconhece até mesmo a data de vigência do benefício, além de outros detalhes de sua aplicação. Justifica-se a posição, mas cabe esperar que não seja manobra protelatória do Executivo para cumprir a decisão da mais alta instância judiciária.

O impasse que levou à decisão da greve anunciada prende-se, portanto, a uma tecnicidade, a uma questão formal. Que o magistério público precisa ser remunerado à altura de sua importante missão não há qualquer dúvida. Os salários, atualmente quase no limite da sobrevivência, dificultam, inclusive, o ingresso de novos profissionais nesta carreira, que tem a responsabilidade de formar e orientar a cidadania do futuro. Não se vive só de vocação e idealismo, que, aliás, costumam

fenecer quando não há condições de provê-los com dignidade.

Ademais, a questão salarial do magistério pouco ou quase nada tem avançado nos últimos anos em Santa Catarina. O Estado precisa dar respostas na forma de uma verdadeira política educacional, que paire acima dos governos e ideologias.

A deficiente remuneração dos professores alinha-se entre as principais causas do desabamento da qualidade do ensino público no Estado, ainda bem colocado nos rankings nacionais, mas visivelmente debilitado na sua estrutura. Em jogo, as aspirações e o porvir das nossas crianças e jovens. Em nome deles, um apelo ao consenso e para que o impasse se resolva a tempo de evitar a paralisação da semana que vem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 13/5/11
Assunto: Piso salarial		Página: 44

Piso salarial

Mesmo depois do posicionamento do STF sobre o piso salarial dos professores, é vergonhosa a posição do governo estadual, constituindo-se num verdadeiro atentado à sociedade. A população organizada, dos mais variados segmentos profissionais, deve demonstrar a sua indignação com tamanha falta de respeito para com aqueles que ensinam este país a crescer, os professores.

Hugo Frederico Vieira Neves
Florianópolis

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 13/5/11
Assunto: Mimeógrafos		Página: 47

Mimeógrafos

Não há dúvida de que a reivindicação de melhores salários pelos professores é justa, e, conseqüentemente, é justa a greve que a categoria está programando por não ser atendida pelo governo do Estado. Coincidentemente, o *Jornal Nacional* está mostrando, esta semana, uma série de reportagens sobre a qualidade da educação no Brasil. Estatísticas, depoimentos e erros crassos de português deixaram claro: a situação é caótica.

Em Santa Catarina, a situação é um pouco melhor, mas também grave. Há cinco anos, Cacau denunciou o uso de um mimeógrafo por uma escola estadual de Rio do Sul. Pois centenas de outros estabelecimentos pelo Estado afora continuam usando o mesmo obsoleto aparelho para reproduzir matérias para seus alunos. Em plena era da informática, que permite a compra de computador a R\$ 1 mil ou menos. É lamentável, mas um velho clichê precisa ser repetido: a continuar assim, nossas futuras gerações estarão com a qualidade de vida seriamente comprometida. Não há verdadeiro desenvolvimento sem educação digna.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cartas	Data: 13/05/2011
Assunto: Greve dos professores		Página: 33

Greve dos professores

É lamentável que o governo do Estado siga os mesmos passos do governo anterior. O piso nacional é lei determinada pelo STF não cabendo a ninguém ficar “estudando a lei”, mas sim fazê-la cumprir. Já chega que o secretário anterior criticou da tribuna do Senado contra o baixo salário do magistério catarinense. Se alguém precisa estudar a lei, que não mudará, então peça para sair, porque de lei não entende nada. A culpa é dos próprios governantes que não cumprem a lei 1.139 e enchem a folha do servidor de abonos e depois incorporam ao salário em seis vezes fazendo de conta que dão aumento. Chega de enganação. Teremos a carga horária aumentada para 960 horas. E o salário vai ficar no mesmo?

Bern Walter Grafe
Canoinhas

■ É inadmissível o que ocorre com o magistério. Além de o governo anterior entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade, a qual perdeu no STF e ainda não pagou as diferenças, agora este quer cercar o direito de greve, atentando contra os direitos legitimados na Carta Magna.

As gerências enviam às escolas comunicações internas pressionando os mestres a não aderirem à paralisação. Paradoxo gritante, pois quem está em cargo comissionado também é professor. A reclamação é nacional por uma escola pública de qualidade e a todos. Mas usam-se ferramentas autoritárias e abusivas do ponto de vista social e educacional. Esperamos que os professores não se deixem curvar por mais esta prepotência.

Renato Luiz Menze
Balneário Barra do Sul



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN,portal	Data: 13/05/2011
Assunto: Mudança na SDR		Página: 3

Mudança na SDR

Como não têm mais acesso aos cargos da Prefeitura, PSDB e DEM mostraram agora muito mais interesse nos cargos da SDR de Joinville do que em 2003, quando a estrutura foi criada; ou em relação a 2007, depois da reeleição de LHS. Antes, a cobiça maior era pelo cargo de secretário, não pelas gerências.

Mais político

Entre 2003 e 2008, dois comissionados da SDR concorreram, James Schroeder e José Vicente Cabral. Agora, deverá ter mais gente: um dos requisitos do DEM para ser indicado é concorrer. Se alguém disputar em 2012, terá de deixar o cargo em abril (desincompatibilização). Só dez meses.

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Coluna do Ricardinho	Data: 13/05/2011
Assunto: Piso (teadas)		Página: 12

PISO (TEADAS)

Esse piso de R\$ 607 dos professores catarinenses envergonha não só o magistério, mas pais e alunos também. Ganhar essa mixaria e ainda levar desaforo pra casa ou ameaças à integridade física, têm mesmo é que desistir. Como mostrou a reportagem do *Notícias do Dia*, melhor é ser faxineira... sem nenhum demérito, claro. Mas pelo salário que é mais alto.



CLIPPING

Veículo: http://viapublicaonline.com	Editoria:	Data: 13/5/11
Assunto: Professores de Curitibanso devem aderir à greve		Página: online

Professores de Curitibanos devem aderir à greve

Postado por Administrador em May 13, 2011 |

Cerca de 8 mil professores decidiram pela greve nesta quarta-feira (18).

Ainda não houve um acordo entre o governo e professores sobre o piso salarial que vem sendo discutido no estado de Santa Catarina. Na tarde desta quarta-feira (11) em Florianópolis, cerca de 8 mil profissionais decidiram pela greve na próxima semana dia 18. Em Curitibanos professores fizeram manifesto na principal rua da cidade.

“Quem nos levou a chegar neste ponto foi o governo do estado”, declara Inês Fortes secretária executiva do SINTE – SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina). Segundo Inês o STF já decretou a lei sobre o salário do professor e que a exigência é apenas o cumprimento da mesma.

Durante a ExpoCentro o governador declarou em entrevista exclusiva a nossa equipe que não iria discutir com a categoria e aplicaria o piso salarial no estado.

Havendo a greve na próxima quarta-feira (18), as aulas serão suspensas em toda a rede pública estadual de Santa Catarina, sendo todas repostas assim que um acordo seja firmado.

Por: Samuel Ferreira



CLIPPING

Veículo: http://189.28.176.38/n/seguranca/	Editoria:	Data: 13/5/11
Assunto: Greve começa na próxima quarta		Página: online

Escolas estaduais

Greve começa na próxima quarta

Até próxima terça-feira, os educadores darão aulas de apenas 30 minutos para mobilizar várias partes do país, inclusive em Tubarão e Florianópolis.

Zahyra Mattar

Tubarão

Há mais de 20 anos, os profissionais da educação não realizavam uma manifestação tão forte e organizada como a vista ontem, em Florianópolis. Foi inédita também a decisão, a unanimidade, para a greve, já agendada para a próxima quarta-feira. Mais de oito mil profissionais ergueram a mão em favor da paralisação.

O encontro reuniu profissionais municipais e estaduais, já que a principal reivindicação da categoria, a aplicação do piso nacional de R\$ 1.187,97, é bandeira de todos. Assim como nos municípios, o governo catarinense também remete à publicação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a aplicação do piso.

Como paliativo, o estado formulou uma proposta à comissão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC): o piso nacional será pago a partir deste mês. Contudo, para alcançar este valor, o estado quer a inclusão dos abonos.

“Consideramos isso uma afronta e foi a gota d’água que faltava para que todos votassem pela greve. De amanhã (hoje) até a véspera da paralisação, na próxima quarta-feira, daremos aula de apenas 30 minutos para mobilizar as escolas. Viremos com força desta vez”, avisa a coordenadora estadual do Sinte/SC, Alveté Pasin Bedin.

Além do pagamento do piso, os professores defendem a não municipalização do ensino fundamental e o fim da terceirização no ensino público, entre outros pontos.

Alunos apóiam os professores

Enquanto mais de oito mil professores de todo o estado protestavam em Florianópolis, ontem, os alunos da Escola Monsenhor Bernardo Peters, de Treze de Maio, também trataram de protestar. Sensibilizados com a situação dos



educadores, eles foram para frente da escola prestar apoio. As turmas do ensino médio do período matutino fizeram greve e não foram para a aula.

De acordo com os membros do grêmio estudantil da escola, que juntamente com o ensino médio encabeçaram esta manifestação, o movimento feito na escola é uma forma de chamar a atenção de toda a cidade para a importância dos profissionais da educação na formação do cidadão.

Os alunos aproveitaram também para reivindicar melhorias no prédio da escola. Há goteiras nas salas de aula, partes do forro está caindo na parte mais antiga do prédio, a fiação elétrica é deficiente e não há rampas para tornar a escola acessível a todos os cidadãos.

Professores de Tubarão manifestam-se

Em Tubarão, conforme texto publicado ontem no site da prefeitura (www.tubarao.sc.gov.br), a valorização do magistério é prioridade de governo. A rede municipal já recebe o salário mínimo da educação desde 2009. Contudo, o valor o piso ainda é bem pequeno: cerca de R\$ 432,00 mensais (professores de nível 1). Para alcançar o mínimo de R\$ 1.022,00, são incluídos os abonos.

Ontem, durante todo o dia, os professores municipais realizaram uma manifestação do centro da cidade (o protesto foi postado no portal www.notisul.com.br ainda na manhã de ontem). A categoria reivindica o pagamento do valor recomendando pelo Ministério da Educação: R\$ 1.187,00. “Quando se aposenta ou pega licença médica, o professor não recebe o abono, apenas o salário. E o valor pago em Tubarão é um dos mais baixos na região”, defende a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Área da Educação da Rede Municipal de Tubarão e Capivari de Baixo, Antônio Rodrigues da Rosa.

Esta, na verdade, é a grande discussão feita em nível nacional. Os professores querem receber o piso e mais os abonos. Os governos estadual e municipal querem pagar o piso com os abonos inclusos, o que, na prática, não confere aumento salarial real.

A partir de agora, a comissão responsável pela coordenação e adequação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério será reativada. O grupo irá reunir-se todos os dias e deve apresentar um parecer em breve.



A paralisação em números

Região de Tubarão

Das 43 escolas estaduais, em sete 50% dos professores (cerca de 269 dos 787 profissionais) paralisaram as atividades. Na rede municipal, 13 das 46 instituições de ensino pararam suas atividades ontem. A falta dos professores será descontada dos seus salários.

Região do Vale

Das 15 escolas estaduais, dez pararam as atividades completamente. Não foi repassado informações da rede municipal de ensino.

Região de Laguna

Tanto o município quanto a gerência de educação não repassaram dados.

No estado

Dos 39.174 professores da rede, 7.008 (cerca de 18%) pararam. Com isso, 189.872 alunos, de um total de 700 mil, ficaram sem aula ontem. O movimento ainda foi engrossado por mais 1.394 outros profissionais da educação (exemplo: diretores, assistentes pedagógicos, entre outros), que igualmente paralisaram as atividades crianças. Com isso, a quantidade de pessoas que cruzaram os braços foi de 8.402 em todo o estado.

Clipping

CNTE

12/05/2011 - Prova nacional para professores será aplicada em agosto

- ✦ Data: 12/05/2011
- ✦ Veículo: ÚLTIMO SEGUNDO
- ✦ Editoria:
- ✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Avaliação será em três dimensões: profissão docente e cidadania, trabalho pedagógico e domínio dos conteúdos curriculares

Agência Brasil | 12/05/2011 20:01

A primeira edição da Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente será em agosto de 2012. A informação foi divulgada nesta quinta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que será responsável pela aplicação do exame, cujo objetivo é auxiliar estados e municípios a selecionar professores para trabalhar nas redes públicas.

A proposta foi anunciada no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC) a partir do diagnóstico de que os concursos para professores da rede pública eram, em geral, mal elaborados. O modelo que está sendo desenvolvido assemelha-se ao do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O professor interessado participa da prova e, de posse da nota, poderá ser selecionado para trabalhar nas redes de ensino dos estados e municípios que aderirem à proposta. A previsão é que os resultados sejam divulgados em janeiro de 2013.

Um comitê de governança está concluindo a matriz de referência que irá indicar quais conteúdos e habilidades serão cobrados do candidato. O grupo é formado por representantes do Inep, do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e de entidades de pesquisa em educação como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

De acordo com a matriz proposta pelo Inep, a prova vai avaliar o profissional a partir de três dimensões: profissão docente e cidadania, trabalho pedagógico e domínio dos conteúdos curriculares. Serão exigidos conhecimentos em temas como políticas educacionais, gestão do trabalho pedagógico, além do domínio dos conteúdos como língua portuguesa, matemática, história e artes.

A previsão é que o documento seja concluído até o início do segundo semestre. Em seguida, o Inep abrirá uma chamada pública para convocar especialistas interessados em elaborar itens para o exame.

Clipping

CNTE**12/05/2011 - Livro adotado pelo MEC defende falar errado**

› Data: 12/05/2011
› Veículo: ÉPOCA NEGÓCIOS
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A obra afirma que o uso da língua popular é válido, mas alerta alunos quanto ao "preconceito linguístico"

"Nós pega o peixe" ou "os menino pega o peixe". Para os autores do livro de língua portuguesa Por uma vida melhor, da coleção Viver, aprender, adotado pelo Ministério da Educação (MEC), o uso da língua popular - ainda que com seus erros gramaticais - é válido. A obra também lembra que, caso deixem a norma culta, os alunos podem sofrer "preconceito linguístico". Diz um trecho do livro, publicado pela editora Global: "Você pode estar se perguntando: `Mas eu posso falar os livro?. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas". O livro foi distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos a 484.195 alunos de 4.236 escolas, informou o MEC. Em nota enviada pelo ministério, a autora Heloisa Ramos diz que "o importante é chamar a atenção para o fato de que a ideia de correto e incorreto no uso da língua deve ser substituída pela ideia de uso da língua adequado e inadequado, dependendo da situação comunicativa". "Como se aprende isso? Observando, analisando, refletindo e praticando a língua em diferentes situações de comunicação", segue a nota. Heloisa afirma que o livro tem como fundamento os "documentos do MEC para o ensino fundamental regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos)" e leva em consideração as matrizes que estruturam o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos. (Encceja). A editora Global disse à reportagem, por meio da assessoria de imprensa, que é responsável pela comercialização e produção do livro, e não pelo conteúdo.

Clipping

CNTE**12/05/2011 - Debate sobre homossexualismo nas escolas é criticado**

↳ Data: 12/05/2011
↳ Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF
↳ Editoria: NACIONAL
↳ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

12/05/2011 08h45

AE

São Paulo

Vídeos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) que tratam de transexualidade, bissexualidade e da relação entre duas meninas lésbicas deverão ser debatidos em salas de aula do ensino médio no segundo semestre deste ano. O objetivo do material, composto de três filmes e um guia de orientação aos professores, é trazer para o ambiente de 6 mil escolas o "tema gay" como forma de reconhecimento da diversidade sexual e enfrentamento do preconceito.

A proposta de exibir os vídeos nas escolas é um dos pontos polêmicos do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) - um conjunto de diretrizes elaboradas pela Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com entidades não governamentais, que visa a promover a cidadania e os direitos humanos da comunidade LGBT. O PNPCDH-LGBT também prevê que se insira nos livros didáticos a temática de famílias compostas por gays, bissexuais, travestis e transexuais - ou seja, que os temas sejam incluídos nas ações de educação integral.

A proposta, porém, tem provocado reações variadas, reacendendo o debate em torno da conveniência de levar o assunto para dentro das salas de aula. Em panfletos distribuídos em escolas do Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) alega que o MEC e grupos LGBT "incentivam o homossexualismo" e tornam "nossos filhos presas fáceis para pedófilos". "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", diz o panfleto.

Para o jurista Ives Gandra Martins, alguns pontos do plano podem ser encarados como concessão de privilégios aos gays, bissexuais, travestis e transexuais. De acordo com ele, todas as garantias estão na Constituição e "não há por que exigir um tratamento diferenciado". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

AE

Clipping

CNTE

Calendário escolar (Mônica Bergamo)

• Data: 13/05/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: ILUSTRADA
• Jornalista(s): Mônica Bergamo
• Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Mônica Bergamo

O Ministério da Educação deve anunciar nos próximos dias as datas das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Serão duas avaliações. Uma delas deve ser realizada nos dias 22 e 23 de outubro. A outra será marcada para 5 e 6 de maio de 2012, terminando assim com a especulação de que só um teste seria feito no período de um ano.

Na caixa

O edital do Enem deve trazer novas medidas para garantir a segurança do exame. Uma delas proíbe que o aluno leve o seu telefone celular para dentro da sala da prova. Ele terá que ser entregue na entrada para os fiscais. Se o estudante for pego com o aparelho, sua avaliação será cancelada.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 12/05/2011
Assunto: Para entidades, apenas aumento não é suficiente		Página: A20

Para entidades, apenas aumento não é suficiente

Sindicato dos professores cobra plano de carreira, entre outras reivindicações; conselheiro pede maior eficiência pedagógica

Sindicatos de professores, educadores e docentes ouvidos pela reportagem afirmam que a decisão do governo estadual de dar um aumento salarial gradativo de 42,2% para os docentes da rede é “corajosa”. No entanto, criticam o não atendimento de outras demandas, a questão inflacionária e também dizem que não é apenas o aumento de salário que vai melhorar o nível de aprendizagem dos alunos.

“Não posso ver com negatividade esse projeto de negociação. Mas nós tínhamos uma posição de um aumento de 36,7% de uma vez só. Além disso, tem a inflação no período, o plano de carreira e também a nossa data-base, que é em março, não julho, mês em que o aumento começa a valer”, afirma Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Sobre uma possível greve neste ano, ela afirma que o assunto

Prova de valorização por mérito é em julho

● A Secretaria da Educação divulgou as regras para o Programa de Valorização pelo Mérito deste ano. A prova será em julho, para professores de educação básica 1 e 2, professores 2, diretores e assistentes, supervisores e coordenadores que atendam os requisitos do processo. As inscrições devem ser feitas de 17 a 27 deste mês, no site da secretaria (educacao.sp.gov.br), por meio do link GDAE. / M.M.

será discutido com a rede. “Tudo depende. Estamos fazendo reuniões pelo Estado. Não posso dizer como a categoria vai reagir. Além disso, temos de esperar o plano de carreira”, disse.

Em nota à imprensa, a Apeoesp afirma que “considera a proposta um bom início de conversa” e “vê com bons olhos o anúncio da abertura de vagas”, mas reforça a “necessidade de mais medidas de valorização efetiva do magistério”.

O presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP), José Maria Cancellero, tem críticas parecidas. “Esperávamos uma manifestação nesse sentido pela situação em que se encontra o magistério paulista. Estamos contentes por existir um plano de reposição salarial, embora o governo não admita que houve defasagem no salário”, explica. “No entanto, a inflação não está contemplada nessa proposta, que não contém o que o magistério realmente queria: aumento de 36,74% ainda neste ano”, afirma Cancellero.

Cobranças. Fontes ouvidas pelo Estado afirmam que, apesar de considerarem positiva a pro-



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 12/05/2011
Assunto: Para entidades, apenas aumento não é suficiente		Página: A20



Qualidade. Para membro do Conselho Estadual de Educação, governo deve defender o aluno

posição de um aumento salarial de 42,2% com a intenção de valorizar a carreira docente, pensam que não é somente a política salarial que vai trazer mais qualidade ao ensino estadual.

Mauro Salles Aguiar, membro do Conselho Estadual de Educação (CEE) e também diretor-presidente do Colégio Bandeirantes, afirma que apenas elevar o

salário, sem cobrar uma postura mais responsável dos docentes, é “queimar o dinheiro da sociedade”. “O aumento é uma recuperação considerável, uma decisão corajosa. No entanto, só elevar o salário não vai melhorar nada se o governo não pedir, em troca, mais eficiência pedagógica. Ele deve defender o aluno, não as entidades sindicais”, opina ele, que

é a favor da promoção por mérito, que vai ocorrer em julho (*mais informações nesta página*).

“O que tem de mudar é o estatuto do magistério. Se a gestão atual acha que vai ter paz dando aumento, ela está enganada. O governo está mais interessado em estar bem com as entidades. Isso é ingenuidade”, afirma Aguiar. /**MARIANA MANDELLI**



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 13/05/2011
Assunto: MEC diz que avaliações de cursos não substituem o Exame da OAB		Página: online

MEC diz que avaliações de cursos não substituem o Exame da OAB
Obrigatoriedade do exame para formados em direito foi debatida na Câmara.

OAB avalia que cursos são ruins e prova garante a 'boa advocacia'.

Audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados debateu a obrigatoriedade do Exame da OAB (Foto: Beto Oliveira/Agência Câmara)

O Ministério da Educação avalia a qualidade da aprendizagem, não a qualificação individual dos graduados em direito. Esta foi a explicação do diretor de regulação e supervisão da educação do MEC, Paulo Roberto Wollinger, sobre a posição do ministério em relação à obrigatoriedade do Exame da OAB, debatida nesta quinta-feira (12) pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Entre os pontos considerados controversos pelos parlamentares, estão os critérios de elaboração das provas, o conteúdo do exame e o custo elevado da taxa de inscrição (R\$ 200), que dificulta a participação de estudantes de baixa renda.

O diretor do MEC disse que o ministério faz a avaliação dos cursos superiores por meio do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (Enade), mas que, por estar numa fase de consolidação, a prova não é suficiente, para atestar a qualidade do ensino a ponto de ser possível dispensar qualquer outra avaliação, como é o caso do Exame da OAB. Wollinger lembrou que no último Enade, os cursos de direito de cerca de 80 instituições tiveram "avaliações frágeis" e por isso estão sujeitas à redução de vagas e até à suspensão de novos vestibulares.

SAIBA MAIS SOBRE O EXAME DE ORDEM

O que diz a lei:

O Exame da OAB se baseia no artigo 5º parágrafo XIII da Constituição Federal: "XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"; e no Estatuto da Advocacia (lei 8.906/94): "Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)"

Quem deve participar

Todo bacharel de direito precisa fazer o exame para poder exercer a profissão de advogado



SAIBA MAIS SOBRE O EXAME DE ORDEM

Quantas provas são feitas por ano?

São três edições por ano e o candidato que não for aprovado pode fazer a edição seguinte

Como é a prova?

A prova é dividida em duas fases. A primeira fase é composta de 100 questões de múltipla escolha. Quem acertar o mínimo de 50 questões passa para a segunda fase. Na segunda fase o candidato precisa redigir uma peça processual e responder a cinco questões, sob a forma de situações-problema, compreendendo as seguintes áreas de opção do bacharel, indicada no momento da inscrição: Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Penal ou Direito Tributário.

Quanto custa a taxa de inscrição?

O candidato paga R\$ 200 para fazer o exame

Já o secretário-geral do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coelho, disse que se o Exame de Ordem for extinto, os cursos de má qualidade serão beneficiados. “Não há um único curso que forme advogados no País, os alunos entram na faculdade sabendo que serão bacharéis em direito e que terão que se sujeitar ao exame”, afirmou.

Coelho considera que a dificuldade de alguns estudantes em serem aprovados no exame decorre, em parte, do fato de muitos cursos jurídicos serem criados e funcionarem mesmo com parecer contrário da entidade. “A OAB participa do processo de criação de cursos jurídicos no país e apresentou parecer contrário a quase 92% desses cursos.”

saiba mais

- 'Exame da OAB é tão difícil que, hoje, eu não passaria', diz desembargador
- VEJA O EDITAL DO EXAME DE ORDEM
- FGV adia a divulgação das respostas da prova do Exame da OAB
- CCJ aprova parecer contra proposta que levaria ao fim exame da OAB

Representante dos estudantes, o vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Tiago Ventura, disse que não cabe à OAB definir quem deve e quem não deve exercer a profissão de advogado. “Essa atribuição, em nossa opinião, cabe ao Ministério da Educação”, afirmou.

O deputado Domingos Dutra (PT-MA), que solicitou a realização da reunião para discutir a obrigatoriedade dos exames de ordem, disse que não considera justo punir somente os estudantes pela falta de qualidade dos cursos de Direito no País. “Não é justo as pessoas se submeterem a um teste como o vestibular, passar cinco anos na universidade e, no final, não se transformar em advogados”, disse Dutra.

O deputado Vicentinho (PT-SP), que é formado em direito, mas não fez o Exame da OAB, acha que os estudantes deveriam ser melhor avaliados todo ano durante a sua



formação, sem a necessidade de uma prova extra ao final. “Será que Rui Barbosa passaria no Exame de Ordem?”, questionou Vicentinho, lembrando o famoso jurista da primeira metade do século XX.

Em entrevista ao G1, o desembargador Sylvio Capanema disse que não conseguiria passar na prova; veja ao lado

São realizadas três edições do exame por ano, cada uma com duas fases. A taxa de inscrição para cada edição é de R\$ 200. A prova é organizada pela Fundação Getúlio Vargas. A edição mais recente, a 2010.3, teve 104 mil inscritos na primeira fase, composta por 100 questões de múltipla escolha, e só 26% dos candidatos passaram para a segunda fase, que teve perguntas com respostas dissertativas.

Em março, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado rejeitou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propunha considerar o diploma de curso superior como comprovante da qualificação profissional e extinguiria o Exame de Ordem.

Na defesa da importância da prova, o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, disse que o maior problema é a baixa qualidade do ensino jurídico no país. “Cerca de 70% dos alunos formados por universidades públicas e particulares de boa qualidade passam no exame. O problema são as faculdades ruins, de fundo de quintal”, disse Cavalcante. Hoje, segundo ele, há 1,3 milhão de bacharéis em direito no país sem inscrição na OAB. E apenas 700 mil profissionais aptos a advogar. O Ministério da Educação registra 1.164 cursos superiores de direito no país



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 13/05/2011
Assunto: Educação		Página: 15

EDUCAÇÃO

Colégio Melão prepara eleições diretas de diretor

“
Não temos uma lei municipal com relação às eleições.
”

JUMERI ZANETTI,
COORDENADORA
DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES
MUNICIPAIS

SÃO JOSÉ — Após a exoneração da diretora do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, Simone Hasckel, há cerca de duas semanas, o colégio ficou sem direção geral. Com a situação indefinida até o momento, os professores e funcionários da instituição organizaram uma assembleia para eleger uma comissão que estabelecerá a eleição direta para o cargo. A assembleia será realizada nesta sexta-feira (13), às 18h, no auditório do colégio.

A coordenadora do Sintram-SJ (Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José), Jumeri Zanetti, destaca que esta é a única maneira que favorece o debate e compromisso por parte do diretor eleito com as questões da unidade escolar. “Não temos uma lei municipal com relação às eleições, mas depois de realizá-la é uma questão política para que o diretor seja empossado”, destaca.

Círio Vandresen, secretário de Educação, afirma que sabe da assembleia, mas que não houve convite formal para participar da reunião e não há lei municipal para eleição. Com isso, a Secretaria pode acatar ou não a decisão. “Queremos ainda esta semana nomear o novo diretor”, afirma.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 13/05/2011
Assunto: Municipais querem o piso		Página: 8

Municipais querem o piso

Florianópolis, São José e Biguaçu também reivindicam salário nacional

EMANUELLE GOMES

emanuelle@noticiasdodia.com.br

@Emanuelle_ND

FLORIANÓPOLIS — Na esteira da grande manifestação feita pelos professores de escolas estaduais, a implantação do piso salarial nacional ganha força na rede pública municipal. Na Grande Florianópolis, a questão do salário inicial da categoria está em constante discussão e foi um dos motivos da paralisação feita ontem pelos profissionais da educação de Florianópolis, e também, na quarta-feira, pelos professores de escolas municipais de Palhoça.

Na Capital, os auxiliares de sala lutam pelo aumento de salário. “Eles recebem R\$ 968, mas têm a mesma formação de professor e a mesma responsabilidade com as crianças. Além disso, a nossa tabela está desatualizada e não considera R\$ 1.187 como salário inicial”, explica Paula Cunha, diretora de comunicação do Sintrasm (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis).

Outra reivindicação dos professores é a questão da hora atividade, que está dentro da lei do piso. “Hoje, os professores têm 30% de hora-atividade e pela lei seriam 33%. Da mesma forma, os professores da educação infantil e séries iniciais ficam mais tempo que o estipulado com os alunos em sala de aula. Isso reflete na qualidade do trabalho”, diz.

Lutando pelas condições de trabalho e pelo piso nacional, os professores de Palhoça paralisaram aulas na quarta-feira segurando faixas e narizes de palhaço. Eles solicitam que professores efetivos e ACTs habilitados (Admitidos em Caráter Temporário) recebam o piso nacional. “Hoje efetivos ganham R\$ 1.100 e ACTs R\$ 704. Já marcamos uma reunião com o sindicato para estudar como podemos pagar o piso nacional”, afirma Jocelete dos Santos, secretária de educação.

São José supera piso, mas

reivindica horas atividade

São José é o único município que não briga pelo piso dos professores. “Eles recebem ainda mais do que o piso. Mas reivindicamos a hora-atividade, que hoje não temos no município. A lei do piso diz que um terço da carga horária deve ser de hora atividade. Com isso, o

professor que trabalha 40 horas teria 27 horas dentro de sala e 13 para planejar as atividades”, diz Valmor Paes da Silva, presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de São José. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Biguaçu, por outro

lado também está em negociação com a prefeitura. “Hoje não existe uniformidade, esse é um dos assuntos da nossa pauta, além da implementação do plano de carreira da categoria. Nosso estatuto tem mais de 10 anos”, explica Emanuelle Besckow Figueiredo, diretora do sindicato.

Contagem regressiva. A greve marcada para o dia 18 de maio pelos professores das escolas estaduais de Santa Catarina continua firme no calendário de atividades da categoria